Quando o seguro protege o vinho: como Portugal usa política agrícola e seguro vitícola para salvar safras e histórias

Apoiado integralmente por fundos da União Europeia e operado em parceria entre Estado e seguradoras, o Seguro Vitícola de Colheitas ajuda produtores portugueses a enfrentar geadas, granizo, pragas e extremos climáticos que ameaçam a uva antes de ela virar vinho

- Imagine a cena: um produtor português passa o ano inteiro cuidando das videiras, acompanhando o clima, torcendo por chuva na medida certa e sonhando com a próxima safra. Uma geada tardia, uma tempestade de granizo ou uma seca prolongada podem destruir em poucas horas aquilo que levou meses a ser construído.
- É exatamente esse tipo de risco – difícil de controlar, mas decisivo para o rendimento anual – que o Seguro Vitícola de Colheitas pretende endereçar. Criado para proteger os produtores de uva destinada à produção de vinho quando são afetados por acontecimentos climáticos adversos, o produto é hoje uma das peças da política agrícola portuguesa para reforçar a resiliência da viticultura.

O que é, afinal, o Seguro Vitícola de Colheitas?

De acordo com o Ministério da Agricultura e com documentos de enquadramento jurídico, o Seguro Vitícola de Colheitas tem um objetivo claro: contribuir para proteger os rendimentos dos produtores de uva para vinho quando sejam afetados por acontecimentos climáticos adversos. Esse mecanismo de apoio está integrado no Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) e é integralmente financiado pelo orçamento da União Europeia, na componente de bonificação do prêmio.

Na prática, o seguro incide sobre vinha para vinho, cobrindo perdas na colheita quando certos riscos se concretizam e o dano atinge níveis significativos da produção. O enquadramento oficial define, inclusive, o que são “fenómenos climáticos adversos equiparados a catástrofes naturais”: condições climáticas que destruam mais de 30% da produção anual média de um produtor, calculada com base em três dos cinco anos anteriores, excluindo-se o valor mais alto e o mais baixo.

Que riscos o seguro cobre?

Normas publicadas pelo governo português detalham a amplitude da cobertura. Para ter acesso ao apoio, o contrato de seguro de colheitas precisa cobrir um ou mais dos seguintes riscos: queda de raio, chuva persistente, desavinho (aborto da flor), escaldão, geada, granizo, incêndio, pragas e doenças da vinha, queda de neve, tornado e tromba d’água.

Além da distinção entre eventos climáticos extremos equiparados a catástrofe e fenómenos adversos “não equiparados”, o programa também contempla riscos associados especificamente a pragas e doenças da vinha. Em linguagem simples: tanto a geada fora de hora quanto o fungo insistente que ataca a videira podem entrar no radar do Seguro Vitícola, desde que se enquadrem nas condições da apólice e atinjam os limiares de perda definidos.

Como funciona o apoio financeiro ao prêmio?

Um dos pontos mais interessantes – e menos óbvios para quem olha de fora – é a forma como a União Europeia subsidia o custo do seguro. Documentos do Ministério da Agricultura e de associações de produtores explicam que o mecanismo, gerido pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), é financiado integralmente por fundos europeus, sob a forma de bonificação ao prêmio.

Em outras palavras, o produtor contrata o seguro diretamente com a seguradora, mas não precisa esperar reembolso: a bonificação é descontada no ato de pagamento do prêmio, operação feita pelas próprias seguradoras com base nas regras e limites definidos pelo IFAP.

A CONFAGRI, que representa diversas cooperativas agrícolas, lembra que o seguro é “opcional, mas pode ser condição de acesso a apoios públicos” para mitigar riscos não cobertos pela apólice, reforçando a lógica de que gestão de risco e política agrícola caminham juntas.

Quanto o produtor pode receber de apoio?

As regras complementares aprovadas pelo governo estabelecem percentuais máximos de apoio ao prêmio, que variam conforme o tipo de contrato (individual ou de grupo) e a natureza dos riscos cobertos.

Para contratos individuais, os limites são:

- Até 75% de apoio quando a apólice cobre exclusivamente riscos climáticos adversos equiparados a catástrofes naturais.
- Até 50% quando abrange fenómenos climáticos adversos não equiparados a catástrofes naturais.
- Até 50% quando cobre riscos associados a pragas e doenças.

Já nos seguros de grupo, em que uma entidade (por exemplo, uma cooperativa ou associação) representa vários produtores, o teto chega a 80% de apoio no caso de riscos climáticos equiparados a catástrofes naturais, permanecendo em 50% para fenómenos adversos não equiparados e para pragas e doenças.

Esse desenho incentiva organizações de produtores a estruturar seguro de grupo, aproveitando uma bonificação mais elevada e, em muitos casos, poder de negociação melhor com as seguradoras.

O papel do IFAP e da tecnologia na operação

O IFAP atua como peça central nesse sistema, definindo regras operacionais, recebendo informações das seguradoras e processando os apoios. Segundo comunicados oficiais, as companhias de seguros devem enviar ao IFAP, até datas-limite definidas em cada campanha, a informação completa sobre os contratos celebrados, o que permite controle e transparência na atribuição dos subsídios.

As candidaturas ao Seguro Vitícola de Colheitas são feitas através de formulário específico na Área Reservada do Portal IFAP, onde também está disponível o manual de apoio aos produtores. Em campanhas recentes, o IFAP tem divulgado prazos de candidatura que se estendem, por exemplo, até o fim de agosto, reforçando a importância de planejamento por parte dos viticultores.

Nem todo dano é indenizável

Nem todo prejuízo, no entanto, dá direito a indenização. Orientações oficiais alertam que não são indenizáveis os prejuízos resultantes de sinistros cujo montante seja inferior a 20% do valor seguro, em determinados cenários – por exemplo, quando o produtor opta pela cobertura de riscos climáticos adversos equiparados a calamidades naturais.

Esse tipo de cláusula tem dupla função: reduz o custo do seguro, ao evitar que pequenos danos gerem sinistros administrativos complexos, e foca a proteção em eventos verdadeiramente relevantes para o rendimento anual do produtor. Em seguros de grupo, há ainda a recomendação de que a entidade representante apoie o produtor na gestão do sinistro, incluindo o acompanhamento das peritagens.

Seguro, clima e a nova geografia do risco na vinha

A expansão de instrumentos como o Seguro Vitícola de Colheitas não pode ser dissociada do contexto de mudanças climáticas, que já alteram a frequência e a intensidade de eventos extremos na agricultura europeia. Estudos e materiais de direito agrário chamam atenção para o facto de que fenómenos como geadas tardias, ondas de calor, secas prolongadas e tempestades severas estão a tornar a produção de uva para vinho mais volátil, o que aumenta a relevância de mecanismos de transferência de risco financiados pela política agrícola comum.

Nesse cenário, o seguro deixa de ser apenas um "custo adicional" e passa a integrar a estratégia de gestão de risco de longo prazo da exploração agrícola. "O seguro vitícola continua a ser opcional, mas a verdade é que, sem ele, o produtor fica muito mais exposto, inclusive na hora de aceder a determinados apoios", observa um técnico agrícola ligado a organizações de produtores, ecoando comunicados oficiais.

Da videira à taça: o seguro como guardião de histórias

Vista de longe, a ideia de segurar uma colheita de uvas pode parecer técnica demais. Mas, aproximando a lente, fica claro o impacto humano dessa política pública. Antes de chegar à taça, o vinho precisa sobreviver aos caprichos da natureza, potencializados por um clima em transformação.

Ao apoiar financeiramente o seguro, a União Europeia e o Estado português ajudam a garantir que o produtor não veja todo o seu esforço ruir com um único episódio de granizo, uma praga ou uma geada fora de época. Se os seguros existem para proteger património, renda e bem-estar, faz sentido que também protejam as uvas que vão se transformar naquele vinho especial servido num jantar, numa comemoração ou num brinde inesquecível.

Porque, no fim das contas, proteger uma safra de uvas é proteger muitas futuras histórias que ainda serão contadas ao redor de uma garrafa de vinho – e o Seguro Vitícola de Colheitas é uma das ferramentas concretas que Portugal encontrou para manter essas histórias vivas, mesmo quando o clima insiste em escrever outro roteiro.

Copa do Mundo vira um teste de estresse para o mercado de seguros

Muito além do Seguro Viagem, a Copa do Mundo mobiliza seguros de eventos, riscos cibernéticos, responsabilidade civil, interrupção de negócios e resseguros para proteger bilhões em investimentos e garantir a continuidade do maior espetáculo esportivo do planeta.

- Uma Copa do Mundo é, para o torcedor, um espetáculo esportivo global. Para o mercado segurador, porém, ela funciona como um gigantesco teste de estresse em tempo real.
- Durante algumas semanas, concentram-se riscos que envolvem aeroportos, estádios, hotéis, obras de infraestrutura, plataformas digitais, meios de pagamento, telecomunicações, patrocinadores, emissoras e milhões de pessoas circulando simultaneamente.
- Nesse cenário, o seguro deixa de ser apenas uma proteção financeira e passa a integrar a própria arquitetura de funcionamento do evento.

Afinal, quais seguros protegem uma Copa do Mundo? Quais são os maiores riscos de um megaevento esportivo? E por que seguradoras e resseguradoras enxergam essas competições como laboratórios para os riscos do futuro?

A engrenagem invisível por trás do espetáculo

A experiência brasileira na Copa do Mundo de 2014 já demonstrava a dimensão econômica

envolvida.

Na época, estimativas apontavam investimentos próximos de R$ 100 bilhões em obras de infraestrutura associadas ao evento, com potencial de gerar cerca de R$ 5 bilhões em prêmios de seguros.

O volume de riscos exigiu a participação de seguradoras e resseguradoras nacionais e internacionais em contratos complexos que envolviam construção civil, responsabilidade civil, engenharia, transportes, patrimônio e grandes eventos.

A experiência mostrou que praticamente tudo relacionado ao evento demandava proteção securitária e capacidade de resseguro.

Quais seguros são utilizados em uma Copa do Mundo?

Ao contrário do que muitos imaginam, o seguro viagem do torcedor representa apenas uma pequena parcela da proteção envolvida em um megaevento esportivo.

Os principais programas de seguros costumam reunir diferentes modalidades, entre elas:

- Seguro de Responsabilidade Civil (RC)
- Seguro para Eventos
- Seguro Patrimonial (Property)
- Seguro de Interrupção de Negócios (Business Interruption)
- Seguro Cibernético
- Seguro de Responsabilidade de Administradores (D&O)
- Seguro de Engenharia
- Seguro de Transportes
- Programas globais de Resseguro

Em muitos casos, esses contratos são estruturados internacionalmente por organizadores, patrocinadores, emissoras de televisão, operadores de estádios, redes hoteleiras e empresas de tecnologia.



Quando o maior risco não é o desastre

Uma das principais mudanças na gestão de riscos de grandes eventos é a percepção de que o maior prejuízo nem sempre vem de uma tragédia de grande visibilidade.

Em muitos casos, uma falha operacional aparentemente simples pode provocar impactos em cadeia.

Entre os exemplos mais relevantes estão:

- indisponibilidade de plataformas de venda de ingressos;
- falhas em sistemas de reservas;
- interrupções em meios de pagamento;
- problemas em data centers;
- indisponibilidade de redes de telecomunicações;
- falhas em sistemas de credenciamento.

Uma única interrupção pode afetar simultaneamente estádios, hotéis, transportes, patrocinadores e consumidores.

Por isso, coberturas como Business Interruption e Contingent Business Interruption ganharam importância crescente nos últimos anos.

O avanço dos riscos cibernéticos

Se a infraestrutura física preocupa, a infraestrutura digital tornou-se igualmente crítica.

Hoje, uma Copa do Mundo depende fortemente de sistemas digitais para:

- venda de ingressos;
- transmissão de partidas;
- controle de acesso;
- pagamentos;
- hospedagem;
- logística;
- comunicação com torcedores.

Relatórios internacionais apontam incidentes cibernéticos e interrupção de negócios entre os principais riscos corporativos globais.

Em um ambiente hiperconectado e acompanhado em tempo real por bilhões de pessoas, uma falha tecnológica pode rapidamente se transformar em crise reputacional.

O impacto não se limita à perda financeira imediata.

Um vazamento de dados de torcedores ou a interrupção de uma transmissão global pode gerar questionamentos regulatórios, ações judiciais e danos à reputação de organizadores e patrocinadores.

Por isso, programas modernos de Seguro Cibernético incluem:

- resposta a incidentes;
- perícia forense digital;
- recuperação de sistemas;
- gestão de crise;
- assessoria jurídica;
- monitoramento de dados expostos.

Mudanças climáticas entram em campo

Outro fator que vem ganhando relevância é o risco climático.

Ondas de calor extremo, tempestades severas, enchentes e eventos meteorológicos cada vez mais imprevisíveis passaram a integrar os modelos de risco de grandes competições esportivas.

A tendência acompanha um movimento observado globalmente pelo setor segurador.

Hoje, eventos esportivos precisam considerar cenários que há poucos anos eram classificados como excepcionais.

O tema aproxima a gestão de megaeventos da agenda climática discutida em fóruns internacionais, como a COP30 e os debates sobre adaptação climática conduzidos pelo mercado segurador.

O que são seguros paramétricos para eventos?

Uma das inovações mais observadas em grandes eventos é o crescimento dos seguros paramétricos.

Ao contrário dos seguros tradicionais, que exigem comprovação detalhada dos prejuízos, os seguros paramétricos realizam pagamentos automáticos quando determinados gatilhos previamente definidos são atingidos.

Exemplos incluem:

- temperatura acima de determinado limite;
- chuva superior a determinado volume;
- declaração oficial de emergência sanitária;
- interrupção operacional associada a indicadores previamente contratados.

A principal vantagem é a rapidez.

Em vez de esperar meses pela regulação de um sinistro, os recursos podem ser liberados em poucos dias, garantindo liquidez para a continuidade das operações.

Essa característica torna os seguros paramétricos especialmente atraentes para eventos de curta duração e alta concentração de receitas, como uma Copa do Mundo.

O papel do resseguro no maior evento esportivo do planeta

Por trás das seguradoras existe uma camada menos visível, mas igualmente essencial: o resseguro.

O resseguro funciona como o "seguro das seguradoras", permitindo distribuir riscos extremamente elevados entre diferentes participantes do mercado global.

Sem essa estrutura seria praticamente impossível sustentar financeiramente exposições bilionárias associadas a:

- grandes estádios;
- obras de infraestrutura;
- transmissão global;
- responsabilidade civil de massa;
- riscos cibernéticos;
- eventos climáticos extremos.

Empresas globais especializadas em resseguro ajudam a pulverizar esses riscos, aumentando a capacidade de proteção disponível para organizadores e investidores.

O que a Copa ensina ao mercado de seguros

Mais do que proteger patrimônio e receitas, megaeventos esportivos funcionam como laboratórios de inovação para o setor segurador.

Tecnologias, modelos de transferência de risco, soluções paramétricas, estratégias de continuidade de negócios e mecanismos de proteção climática muitas vezes são testados primeiro em ambientes de elevada complexidade operacional antes de serem adaptados para outros segmentos da economia.

Por isso, cada Copa do Mundo acaba servindo como um ensaio geral para desafios que posteriormente chegam a cidades, empresas, infraestruturas críticas e cadeias produtivas.

O que está em jogo não é apenas o resultado dentro de campo.

É a capacidade de proteger sistemas cada vez mais interconectados diante de riscos que se tornam simultaneamente físicos, digitais, climáticos e financeiros.

Reconstrução por danos de eventos climáticos pressiona cofres públicos

A Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) constata que o Brasil segue adotando uma lógica reativa diante dos desastres climáticos. Essa estratégia que tem gerado custos cada vez mais elevados para os cofres públicos, especialmente pela baixa participação do seguro nos processos de reconstrução.

Entre 2019 e 2024, o País desembolsou R$ 23,3 bilhões para resposta e reconstrução após eventos extremos, quase dez vezes mais do que os R$ 2,4 bilhões aplicados em prevenção e preparação, lembrou o diretor de Relações Institucionais da CNseg, Hailton Madureira, durante o painel “Financiamento da gestão ambiental e climática municipal”, na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada em 20 de maio.

Para a CNseg, esse desequilíbrio evidencia um modelo ineficiente — e caro — no qual a reconstrução, muitas vezes realizada sem o apoio de seguros, pressiona diretamente o orçamento público. “O Brasil ainda paga muito mais para reconstruir do que para evitar tragédias. E quando essa reconstrução ocorre sem proteção securitária, o impacto fiscal é significativamente maior”, destacou Madureira.

O cenário se agrava com o aumento da frequência e da intensidade dos eventos climáticos. Apenas entre 2022 e 2024, 67 desastres significativos geraram perdas estimadas em R$ 184 bilhões. Em poucos anos, o volume de ocorrências praticamente dobrou: de uma média anual de 2.500 eventos entre 2015 e 2019 para cerca de 4.500 entre 2020 e 2024.

Apesar da escalada dos prejuízos, o gap de cobertura securitária é enorme. Em média, apenas 9% das perdas econômicas são indenizadas por seguros — índice muito inferior ao de países desenvolvidos, onde a cobertura varia entre 20% e 55%. Na prática, a maior parte dos custos recai sobre governos e população, tornando a reconstrução mais lenta e onerosa.

Essa lacuna de proteção amplia a vulnerabilidade social e fiscal. A CNseg também chama atenção para um problema estrutural: enquanto gastos com prevenção são contabilizados como despesas primárias, recursos para reconstrução podem ser liberados como créditos extraordinários, sem impacto nas metas fiscais — o que acaba desestimulando investimentos antecipados.

Propostas para ampliar a proteção e reduzir custos

Diante desse cenário, a CNseg sugere medidas para integrar o seguro às políticas públicas de gestão de riscos climáticos e reduzir o custo da reconstrução:

- **Expansão da cobertura securitária**, com estímulo à contratação de seguros por famílias,

empresas e governos;
- **Criação de modelos de seguro catastrófico para entes públicos**, inspirados em experiências internacionais que combinam recursos governamentais, mercado segurador e organismos multilaterais;
- **Desenvolvimento de novos produtos acessíveis**, como seguros contra alagamentos (já em parceria no Rio Grande do Sul), voltados à população mais exposta;
- **Fortalecimento do Seguro Rural**, evitando o contingenciamento de recursos de subvenção, essencial para proteger o agronegócio diante de eventos extremos;
- **Ampliação da proteção da infraestrutura pública**, hoje extremamente vulnerável — menos de 2% dos ativos críticos contam com cobertura.

Para a CNseg, ampliar o uso do seguro não é apenas uma solução financeira, mas uma estratégia de política pública. Estudos citados indicam que mecanismos securitários aceleram a recuperação econômica, permitem respostas mais rápidas a famílias e empresas e reduzem a pressão sobre o orçamento. Estimativas do World Resources Institute (WRI) apontam que cada R$ 1 investido em adaptação pode evitar até R$ 10 em perdas após desastres.

A participação ativa do seguro é, portanto, essencial para tornar o País mais resiliente. Sem isso, o Brasil tende a enfrentar reconstruções cada vez mais caras, demoradas e dependentes de recursos públicos.

Fonte: CNseg, em 11.06.2026